
Revista do CEPEJ

**Centro de Estudos e Pesquisas Jurídicas da Faculdade
de Direito da Universidade Federal da Bahia**



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE DIREITO

Revista do CEPEJ

**Centro de Estudos e Pesquisas Jurídicas da Faculdade
de Direito da Universidade Federal da Bahia**

Nº 8 • Jul./Dez. 2007
Salvador, Bahia, Brasil

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JURÍDICAS DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

Os conceitos emitidos em trabalhos assinados são de responsabilidade de seus autores. Os originais não serão devolvidos, embora não publicados. Os artigos são divulgados no idioma original ou traduzidos.

Tiragem: 500 exemplares.

Distribuição: Todo o Território Nacional

Revista do CEPEJ. – N.8 (jul./dez., 2007) – Salvador: Centro de Estudos e Pesquisas Jurídicas da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia – CEPEJ, 1988.

Semestral
ISSN 1981-6758

1. Centro de Estudos e Pesquisas Jurídicas

REVISTA DO CEPEJ

DIRETORIA DO CEPEJ

Presidente: Bernardo Amorim Chezzi

Secretária-Geral: Clarissa Pereira Alves Miranda de Ramalho

Tesoureiro: Aldo Lins de oliveira

CONSELHO EDITORIAL

Fredie Didier Jr. – Mestre (UFBA) e Doutor (PUC/SP). Professor de Processo Civil da UFBA. Advogado.

Jonhson Meira Santos – Mestre (USP) e Doutor (USP). Professor de Direito do Trabalho da UFBA. Diretor da Faculdade de Direito da UFBA. Ex-Procurador do Trabalho (5ª Região).

Laíse Maria Guimarães – Professora de Direito Constitucional da UFBA. Coordenadora do NUPEM (Núcleo de Pesquisa e Monografia).

Maria Auxiliadora Minahim – Mestre (UFRJ) e Doutora (UFPR). Professora de Direito Penal da UFBA. Presidente Nacional da Associação Brasileira de Professores de Ciências Criminais e membro do Conselho de Direitos Humanos da Bahia

Nilza Reis – Mestre (UFBA). Professora de Direito Civil da UFBA. Juíza Federal/BA.

Rodolfo Pamplona Filho – Mestre e Doutor (PUC/SP). Professor de Direito do Trabalho da UFBA. Juiz do Trabalho (5ª Região).

Saulo Casali – Mestre (UFBA) e Doutor (PUC/SP). Professor de Direito Constitucional da UFBA. Juiz Federal/BA.

COMISSÃO ESTUDANTIL

Alina Mourato Eleotério

Bernardo Amorim Chezzi

Clarissa Nilo de Magaldi

Felipe Jacques Silva

Fernando Nunes de Miranda

Samira Oliveira Noronha

Yves West Behrens

COLABORADORES

COORDENADOR	Rodolfo Pamplona Filho
--------------------	------------------------

CORPO DOCENTE	Douglas White Flavia Marimpietri Fredie Didier Gamil Föppel El Hireche Maria Auxiliadora Minahim Nilza Reis Paulo Pimenta Rodolfo Pamplona Filho e Sérgio Waly Pirajá Bispo Saulo José Casali Bahia Wilson Alves de Souza Winston P. Nagan
----------------------	---

CORPO DISCENTE	Bernardo Amorim Chezzi Bruno Gomes Bahia e Jaqueline Almeida Silva Claudiane Cunha da Conceição Daniel Oitaven Pamponet Miguel Devapi Souza Sampaio e Rafael de Souza Figueiredo Ermiro Ferreira Neto Felipe Jacques Silva Flávia Moreira G. Pessoa João Paulo Lordelo G. Tavares José Rosa Misaél Neto Bispo da França Ricardo Barreto de Andrade Samira Oliveira Noronha Tagore Trajano de A. Silva e Ceci Vilar Noronha Vinícios Conceição Silva Yves West Behrens
-----------------------	--

CORPO TÉCNICO	Simone Guimarães
----------------------	------------------

EDITORIAL

Não sei bem o motivo, mas versos de uma antiga canção dos Titãs não saem da minha mente, desde que fui convidado para coordenar os trabalhos da mais nova edição da Revista do CEPEJ – Centro de Estudos e Pesquisas Jurídicas da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia.

“O pulso ainda pulsa...”

Talvez seja porque fico encantado em ver uma belíssima e já tradicional instituição estudantil, que vi dar seus primeiros passos (como membro na graduação e, depois, Presidente), ainda continuar brilhando e atuando no cenário acadêmico baiano e nacional...

“E o pulso ainda pulsa...”

Talvez seja pela feliz constatação de que a iniciativa estudantil consegue superar as amarras institucionais e, rompendo com a burocracia estatal, apresenta à comunidade jurídica um belíssimo trabalho, com profundas reflexões do seu corpo docente e discente.

“E o corpo ainda é pouco...”

Talvez porque tudo que se fizer, por melhor que seja (e esta revista é exemplo e prova inequívoca), ainda é pouco para demonstrar o valor e o talento transbordante dos amantes da Faculdade de Direito da UFBA – Universidade Federal da Bahia...

Ter a missão de redigir o Editorial, em nome do Conselho composto para a organização da revista, porém, é mais do que uma prerrogativa acadêmica, constituindo-se em uma enorme honra, principalmente por ter tido acesso privilegiado ao seu conteúdo, notadamente a leitura pormenorizada dos 11 (onze) artigos do corpo docente (incluindo professores substitutos e convidados) e 16 (dezesesseis) textos do corpo discente (incluindo a pós-graduação *stricto sensu*).

Este oitavo volume da Revista do CEPEJ tem, porém, um gosto ainda mais especial para o subscritor dessas linhas.

Não somente pela retomada da publicação (o sétimo volume remonta a 2002), mas, também, por ser a primeira publicação da UFBA – Universidade Federal da Bahia depois do seu ingresso formal no corpo docente, o que significou muito mais do que possam imaginar os membros do CEPEJ, ao fazer o gentil convite.

E faz-se este registro pela maravilhosa circunstância de que esta publicação reúne, em verdade, expressivos textos de várias gerações de docentes, acompanhada de uma talentosíssima nova fornada de discentes (que, pelos seus próprios méritos, brevemente devem compor o professorado desta instituição).

Todos, sem exceção, se encontram visivelmente irmanados por um mesmo ideal e um mesmo sentimento.

O ideal é o de convicção da necessidade de incentivar os pólos de publicação acadêmica, trazendo à tona toda a qualidade da reflexão e produção do curso, em seus diversos níveis (graduação e pós-graduação, *lato e stricto sensu*).

O sentimento, todavia, é o mais belo de todos: o amor a um curso de excelência, afeto este cultivado, na maior parte dos casos, desde os bancos escolares de graduação...

É por isso que “*o corpo ainda é pouco*”.

E é com satisfação que repetimos “*o pulso ainda pulsa...*”

Longa vida à Revista do CEPEJ!

Salvador, outubro de 2007

Rodolfo Pamplona Filho

Coordenador do Conselho Editorial da Revista do CEPEJ 2007

Professor Adjunto do Departamento de Direito Privado
do Curso de Direito da UFBA.

Mestre e Doutor em Direito das Relações Sociais pela PUC/SP.

Membro da Academia Nacional de Direito do Trabalho
e da Academia de Letras Jurídicas da Bahia. Juiz do Trabalho.

PRÓLOGO

De logo, quando se nada contra a maré, superando dificuldades ínsitas e desbravando novos horizontes, há de se defender o que faz. Este discurso legitima os esforços empreendidos, tem o condão de albergar mais voluntários e o de reavivar os que já labutam em busca do mesmo sonho.

Tem o Centro de Estudos e Pesquisa Jurídica da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia o dever primordial de fazer e pensar a pesquisa, para disseminá-la entre os corredores daquela Escola e também nos do mundo. Este é o nosso maior desafio. Nesta esteira, é premente ressaltar a importância da pesquisa jurídica num curso de Direito.

Seja como sistematização do conhecimento para a melhor aplicação do ordenamento posto (no Brasil são mais de 180 mil leis), preenchimento de lacunas normativas (a exemplo do que sucede no Direito Eletrônico), criação de teses que prefiram o uso de determinado dispositivo a outro, que embasem a edição de lei para regular certa matéria ou, simplesmente, dêem norte peculiar à atividade do intérprete – e, esclareça-se, este rol não é taxativo –, não há como se falar em aprendizado na graduação de Direito sem, utilizando-se da técnica aferida friamente nos livros e em sala de aula, traduzir juridicamente os anseios postos e impostos pela vida.

Como ciência social aplicada, soa absurdo a indagação leiga de “para quê pesquisa em Direito”, como se este fosse letra morta. O Direito, não olvidemos, é resposta às vicissitudes do ser social – intermitente e metamórfico. O objeto do Direito – a sociedade – muda a cada dia, e a pesquisa jurídica é o primeiro meio idôneo a traduzir os seus sintomas.

Acerca de sua utilidade prática, as dúvidas esteiam-se em premissas falsas, talvez sustentadas em ignorância, partindo de idéias como a de que o legislador, ao editar uma lei, não o fizesse, no mais das vezes, balizado pelos ensinamentos acadêmicos – talvez acreditem que o legislador utiliza-se duma entidade superior –, ou a de que o juiz, ao fundamentar sua decisão, não se apoiasse em doutrina, e, ainda assim, como se o que chamado de doutrina jurídica não fosse também fruto de pesquisa.

A VIII Revista do CEPEJ traz em seu bojo textos que são resultado de vivaz produção científica sedimentada por docentes e discentes, em decorrência de maturações alcançadas nos grupos de estudo, de pesquisa, através dos programas de monitoria, do PIBIC, do PERMANECER, ou, ainda, por meios não institucionalizados, esteados, pois, na livre produção.

Há de se parabenizar a todos os escritores, mormente hajam vencido a falta de incentivo e os óbices inerentes ao preconceito da visão dogmática. Esta Revista é uma alegria a todos os membros do CEPEJ, vindos e vindouros, e mais uma vitória nesta jornada, no sentido que acima narramos.

De outro giro, gostaria de confraternizar-me com esta geração do CEPEJ, da qual faço parte, que vem reerguendo-o, ocioso que estava por alguns anos. Graças a estes esforços, temos retroalimentado a produção científica na Faculdade de Direito da UFBA. Além de competentes, e dedicados, os colegas revelaram-se grandes amigos e pessoas fantásticas.

Agradeço ao professor Rodolfo Pamplona Filho, pela seriedade e leveza com que conduziu os trabalhos, a todos os membros do Conselho Editorial, sem prejuízo dos professores que, embora não façam parte deste, têm sido nossos parceiros na empreitada de criar novos grupos de estudos, na feitura de seminários e na direção de programas.

Mais uma vitória alcançada, saímos ainda mais motivados. E assim se retoma o mote para convencer os leitores menos detidos. Num tempo em que mudar o mundo é discurso de políticos e politicados, nós, do CEPEJ, temos a real convicção de que a pesquisa é o meio de que dispomos para encampar uma nova realidade gravada sob os nossos pés. Pesquisar no Direito é ir além da sala de aula, é galgar perguntas para respostas prontas, inverter a ordem “natural” das coisas, propondo mudanças, endossando esperanças, desfazendo pecados.

Pesquisa-se e apontam-se caminhos, quando inexistentes ou obscuros, e felizes são os pesquisadores que não se conformam com tamanha certeza ou que vislumbram certezas em tanta inconformidade. Mergulhemos na vida acadêmica, com as mãos no presente, sérias e ágeis, e os olhos no futuro, esperançosos, sim, jamais cansados, porém.

Boa leitura!

Bernardo Amorim Chezzi

Presidente do CEPEJ

SUMÁRIO

Editorial	9
Prólogo	11

ARTIGOS DO CORPO DOCENTE

Capítulo I – Um questionamento sobre a livre concorrência	25
<i>Douglas White</i>	

Capítulo II – O Sistema de Nulidades das cláusulas abusivas no CDC e a revisão de contratos Introdução	29
---	----

Flavia Marimpietri

1. Identificação	30
2. Nulidades de pleno direito X revisão dos contratos.....	31
2.1. A tese do ato ilícito <i>lato sensu</i>	32
2.2. A tese do abuso de direito.....	33
2.3. A tese das nulidades relativas	33
3. Diversidade de sanções	36
4. O sistema de nulidades do art. 51 do CDC	37
5. Conclusão	38
6. Referências	39

Capítulo III – O Recurso Extraordinário e a Transformação do Controle Difuso de Constitucionalidade no Direito Brasileiro	41
--	----

Fredie Didier Jr.

1. Nota introdutória	41
2. A criatividade judicial e a <i>ratio decidendi</i>	41
3. A “objetivação” do recurso extraordinário.....	46

Capítulo IV – Teoria geral do concurso de crimes	57
---	----

Gamil Föppel el Hireche

1. Considerações iniciais: do <i>concursum delictorum</i>	58
1.1. Posição sistemática do <i>concursum delictorum</i>	59
1.2. Critérios de solução para o <i>concursum delictorum</i>	60
2. Do concurso material ou real de infrações.....	60
2.1. Considerações iniciais	60
2.2. Pluralidade de condutas X Pluralidade de resultados: As diferenças entre condutas e ações, entre condutas e atos.....	61
2.3. Classificação do concurso material	62

2.4. Regramento jurídico da matéria	62
3. Do concurso formal. Primeira análise	62
3.1. <i>Concursus normarum x concursus delictorum</i> (formal)	62
3.2. Classificação do concurso formal: concurso formal homogêneo e concurso formal heterogêneo.....	64
3.3. Diferença entre concurso material e formal	64
3.4. Tratamento jurídico do concurso formal ou ideal de crimes. Concurso formal próprio (também chamado de perfeito) e concurso formal impróprio (ou imperfeito).....	65
3.4.1. Do concurso formal impróprio. Tratamento jurídico	66
3.4.2. Do concurso formal próprio. Tratamento jurídico	66
4. Do crime continuado. Considerações primeiras.....	67
4.1. Crime continuado. Evolução histórica	67
4.2. Crime continuado. Natureza jurídica.....	68
4.3. Teorias a respeito do crime continuado.....	68
4.4. Dos elementos da continuidade delitiva.....	69
4.4.1. Mais de uma ação ou omissão.....	69
4.4.2. Crimes da mesma espécie.....	69
4.4.3. Circunstância de tempo	70
4.4.4. Circunstância de lugar	70
4.4.5. Circunstâncias de modo.....	70
4.5. Do crime continuado específico	71
4.6. Crime continuado e prescrição	71
4.7. Crime continuado e sucessão de leis penais.....	72
4.8. Crime continuado e coisa julgada	72
5. Multa no concurso de crimes	72
6. Unificação das penas	72
7. Do crime aberrante	72
7.1. <i>Aberratio ictus</i>	72
7.2. Resultado diverso do pretendido	73
8. Concurso de agentes.....	73
9. Conclusões.	74

Capítulo V – A Preservação da vida em face da Biotecnologia: Inserção de Novas Antinomias no Direito Penal	75
<i>Maria Auxiliadora Minahim</i>	

Capítulo VI – As antigas e novas facetas do fideicomisso e o atual Código Civil.....	87
<i>Nilza Reis</i>	
1. Noções Introdutórias	87

2. O usufruto e o fideicomisso: distinções necessárias.....	89
3. Direitos do Fiduciário e do Fideicomissário	92
4. O fideicomisso no atual Código Civil: A inovação no instituto	94
5. Conclusões Necessárias.....	97
6. Referências Bibliográficas.....	98
Capítulo VII – A súmula com efeito vinculante na lei N° 11.417/2006 ...	101
<i>Paulo Roberto Lyrio Pimenta</i>	
1. Introdução.....	101
2. Eficácia da norma veiculada pelo art.103-A da CF	101
3. Modalidades de procedimento	102
4. Aspectos subjetivos	104
5. Eficácia da súmula com efeito vinculante	105
6. Meios de impugnação da decisão contrária à súmula	107
7. Alterações no processo administrativo.....	108
8. Aplicação subsidiária do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal	110
9. Conclusões	110
Capítulo VIII – Justiça do Trabalho e competência penal.....	113
<i>Rodolfo Pamplona Filho e Sérgio Waly Pirajá Bispo</i>	
1. Introdução	113
2. Origem, evolução e vocação da Justiça do Trabalho	114
3. Uma questão de adequação e efetividade.....	124
4. O juiz do trabalho e a ação penal	127
5. Operacionalização da nova competência	129
5.1. Modificações legislativas necessárias	129
5.2. Processo penal x processo do trabalho.....	130
5.3. Aumento de competência e estrutura da Justiça do Trabalho	132
5.4. O Ministério Público do Trabalho e a Defensoria da União	133
6. Considerações finais.....	134
7. Referências	134
Capítulo IX – O Mercosul e seus Projetos Institucionais	137
<i>Saulo José Casali Bahia</i>	
1. As razões para a integração econômica e política na América do Sul	137
2. O modelo institucional do Mercosul: entre o interestatismo e o supranacionalismo.....	139
3. Histórico de criação e quadro institucional do Mercosul.....	140

4. O Mercosul Invisível.....	144
5. O Futuro do Mercosul	145

Capítulo X – Acesso à justiça e problemas processuais em torno do princípio da igualdade no Direito Brasileiro 147

Wilson Alves de Souza

1. Introdução.....	147
2. Lei que concede privilégio de prazo em caso de litisconsórcio com procuradores diferentes	151
3. Lei que concede privilégio de prazo aos titulares do direito à justiça gratuita.....	153
4. Lei que concede privilégio de prazo à Fazenda Pública e ao ministério público	154
5. Lei que concede privilégio de intimação pessoal aos defensores públicos	158
6. Lei que concede privilégio de intimação pessoal aos procuradores de Estado e membros do ministério público	159
7. Lei que concede prioridade de julgamento nos processos em que o idoso figure como parte	160
8. Lei que concede tratamento diferenciado em favor do Estado em caso de condenação em honorários de advogado	161
9. Lei que concede tratamento diferenciado em favor dos necessitados em caso de condenação em honorários de advogado ..	163
10. Lei que concede tratamento diferenciado em favor da Fazenda Pública e do ministério público com relação a adiantamento de despesas processuais	163
11. Lei que concede privilégio ao necessitado com relação às custas e despesas processuais.....	165
12. Lei que isenta o autor de adiantamento de despesas processuais e do ônus da sucumbência no caso de ação popular e ação civil pública	165
13. Tratamento diferenciado entre réus com relação ao efeito da revelia	167
14. Lei que concede privilégio do duplo grau obrigatório de jurisdição em favor de determinados entes estatais.....	169
15. Lei que concede privilégio de inversão do ônus da prova em favor do consumidor	170
16. Conclusões	171
17. Referências bibliográficas	174

Capítulo XI – Depois da onda: mudança de regime? (entendendo a crise no Iraque) 177

Winston P. Nagan

ARTIGOS DO CORPO DISCENTE

Capítulo XII – Aspectos processuais dos Crimes

praticados pela Internet	183
<i>Bernardo Chezzi</i>	
1. Considerações iniciais	183
2. Ocorrência do crime. A ata notarial	184
3. O procedimento da Autoridade Policial na fase de inquérito	185
4. A notificação ao provedor de conteúdo	186
5. Jurisdição e competência	187
5.1. A jurisdição penal brasileira	187
5.2. Justiça Estadual ou Federal?	189
5.3. Foro competente	191
5.4. Juízo competente	193
6. Conclusões necessárias	195
7. Referências bibliográficas	196

Capítulo XIII – Conselho Tutelar: um avanço contingenciado pelo Poder Público

.....	199
<i>Bruno Gomes Bahia e Jaqueline Almeida Silva</i>	
1. Introdução	199
2. Origem	200
3. Conceito	201
4. Atribuições do Conselho	202
5. Deficiências	207
6. Conclusão	208
7. Referências	209

Capítulo XIV – A competência da Justiça do Trabalho para o julgamento das lides oriundas das prestações de serviços consumeristas

.....	211
<i>Claudiane Cunha da Conceição</i>	
1. Introdução	211
2. A ampliação da competência material da Justiça do Trabalho: a abrangência do termo “relação de trabalho”	211
3. A prestação de serviço consumerista como uma relação de trabalho	213
4. A competência da Justiça Trabalhista para o julgamento das lides oriundas das prestações de serviços consumeristas	214
5. Conclusão.	215
6. Referências bibliográficas	215

Capítulo XV – O Paradigma Hermenêutico do Positivismo Jurídico.... 217*Daniel Oitaven Pamponet Miguel*

1. Introdução.....	217
1.1. Panorama histórico.....	217
1.1.1. O período pré-revolucionário.....	217
1.1.2. O período pós-revolução: a ascensão da lei a fonte formal por excelência.....	218
2. O Positivismo Legalista e suas repercussões.....	218
2.1. A Escola de Exegese.....	218
2.2. Tentativas de reação contra o pensamento exegético.....	219
3. O Normativismo kelseniano.....	220
3.1. O sistema jurídico na visão de Hans Kelsen:.....	221
3.1.1. Tipos de interpretação jurídica e o desafio kelseniano.....	222
4. Conclusões a respeito do pensamento positivista.....	224
4.1. A Nova Hermenêutica.....	225
4.1.1. A dicotomia vontade da lei-vontade do legislador.....	225
5. Referências.....	227

Capítulo XVI – O consentimento do ofendido**e a capacidade para consentir: análise crítica.....** 229*Devapi Souza Sampaio e Rafael de Souza Figueiredo*

1. Aspectos Introdutórios.....	229
2. Capacidade de Consentimento: Legislação Comparada.....	230
3. Natureza Jurídica do Consentimento do Ofendido.....	232
4. Critérios Definidores da Capacidade de consentir.....	233
4.1. Critério Etário.....	234
4.2. Critério Subjetivo.....	235
5. Conclusões.....	236
5. Referências.....	236

Capítulo XVII – Aspectos controvertidos a respeito da cláusula**vedatória de abertura de filial em contratos de *shopping center*.....** 239*Ermiro Ferreira Neto*

1. Introdução.....	239
2. Contrato de <i>shopping center</i> . Conceito. Características.....	240
3. A mínima regulamentação e a necessária incidência das regras da Teoria Geral dos Contratos.....	243
4. Cláusulas vedatórias de abertura de filiais.....	244
4.1. A proibição de constituição de filial.....	245
4.2. A proibição de constituição de filial nas redondezas do <i>shopping center</i>	246
4.3. A proibição de constituição de filial em <i>shopping center</i> concorrente.....	247

5. Conclusão	248
6. Referências	249

Capítulo XVIII – Foucault: entre o Poder e o Direito 251

Felipe Jacques Silva

1. As Bases do Pensamento de Foucault	252
1.2. Os Métodos: Arqueológico e Genealógico.....	252
1.3. As Relações de Poder	254
1.3.1. O Poder-Saber	257
1.3.2. A Microfísica do Poder	257
1.3.3. O Contrapoder	258
1.3.4. Os Dispositivos Disciplinares	258
2. Questionamentos sobre a existência das verdades universais e do “humanismo”	259
3. A Normalização	260
4. Os Dispositivos Jurídicos segundo Foucault.....	260
4.1. A Lei	261
4.2. A Revolução	261
4.3. O Crime	263
4.4. A Pena	264
4.5. A Transição Paradigmática da Justiça Criminal	265
4.6. As Ciências Extrajurídicas	274
5. Conclusão	276
6. Referências Bibliográficas.....	276

Capítulo XIX – Direitos fundamentais e hermenêutica constitucional concretizadora 279

Flávia Moreira Guimarães Pessoa

1. Introdução.....	279
2. Direitos fundamentais: conceituação e conteúdo	279
3. A evolução do raciocínio judiciário	282
4. A necessidade de uma hermenêutica constitucional concretizadora	287
5. Considerações Finais.....	290
6. Referências Bibliográficas.....	290

Capítulo XX – Das liminares em Mandado de Segurança: Natureza Jurídica e impossibilidade de limitação abstrata 293

João Paulo Lordelo Guimarães Tavares

1. Introdução.....	293
2. Natureza do Mandado de Segurança	293
3. Conceito de Medida Liminar	294
4. A Liminar em Mandado de Segurança	295
5. A Impossibilidade de Limitação Abstrata	297

6. Conclusões	298
7. Referências Bibliográficas.....	299

Capítulo XXI – A Assistência Social tipo educação formal. Obrigações do Estado e das associações beneficentes do tipo escolas portadoras do Certificado de Entidade Beneficente do CNAS	301
--	------------

José Rosa

1. Introdução.....	301
2. Histórico	304
3. Conceito e Fundamentos Jurídicos.....	307
4. O SUAS – Sistema Unificado de Assistência Social.....	310
5. Obrigações das Escolas beneficentes de Assistência Social Decorrentes da Adesão ao SUAS.....	312
6. Os Sujeitos Ativos da Assistência Social Educacional e seus Direitos ...	314
7. Escolas Privadas Beneficentes e as Leis 8.742/93 – LOAS e 9.394/96 – LDBE; Direitos e Obrigações	316
8. Conclusão	316
9. Referência Bibliográfica.....	318

Capítulo XXII – Interrogado delator – a constitucionalização da sua atividade no processo penal por meio do princípio da comunhão da prova.....	319
--	------------

Misael Neto Bispo da França

1. Aspectos introdutórios.....	319
2. Breves anotações sobre conceito de prova.....	320
3. Natureza jurídica do interrogatório segundo o processo penal constitucional: meio de defesa.....	322
4. Valor probante do interrogatório e sua submissão ao princípio da comunhão da prova – um abrigo nos casos de co-delinquência	324
5. Conclusão	329
6. Referências Bibliográficas.....	333

Capítulo XXIII – Os meios de solução de conflitos relativos ao comércio eletrônico internacional.....	335
--	------------

Ricardo Barretto de Andrade

1. Introdução.....	335
2. A aplicação das regras de conflitos de leis no comércio eletrônico internacional.....	336
3. A unificação dos direitos substanciais do mundo.....	337
4. A criação de uma ordem legal internacional privada	338
5. Conclusão	341
6. Referências	341

Capítulo XXIV – Questionamentos a respeito da estabilidade provisória da empregada doméstica gestante: uma visão sócio-jurídica dessas mulheres.....	343
<i>Samira Oliveira Noronha</i>	
1. Introdução	343
2. Os Aspectos Sócio-históricos: quem é a empregada doméstica brasileira?	344
3. A estabilidade provisória da doméstica gestante.....	347
3.1. A realidade jurídica versus a realidade social	347
3.2. Empregada doméstica: algo ou vítima?.....	351
4. Conclusão	352
5. Referências Bibliográficas.....	353
Capítulo XXV – Formas de violência extralegal: Linchamentos e execuções sumárias	355
<i>Tagore Trajano de Almeida Silva e Ceci Vilar Noronha</i>	
1. Introdução.....	355
2. Metodologia	357
2.1. Coleta de dados	358
2.2. Análise de dados.....	358
3. Explorando os conceitos.....	358
4. Resultados	363
4.1. Grupos de Extermínio	363
4.2. Linchamento.....	365
5. Discussão	366
6. Considerações finais.....	367
7. Referências	367
Capítulo XXVI – A Cláusula de Barreira no Direito Constitucional Brasileiro.....	371
<i>Vinícios Conceição Silva Silva</i>	
1. Aspectos introdutórios.....	371
2. Finalidade.....	371
3. Direito comparado e história da legislação brasileira	372
4. Regramento atual.....	374
5. Constitucionalidade da cláusula de desempenho: A posição do STF	375
5.1. Dos elementos fáticos.....	376
5.2. Do pluralismo político e da soberania popular.....	377
5.3. Dos direitos da minoria	378
5.4. A lei ordinária em face do poder reformador	379
5.5. Do princípio da proporcionalidade e da igualdade de chances	379
5.6. Da densidade axiológica do texto constitucional	380

5.7. Do conflito de normas	380
5.8. Do sistema bicameral perfeito.....	381
5.9. Da decisão final	381
6. Conclusão	381
7. Referências	382

Capítulo XXVII – A intervenção anômala e a dispensa

de interesse jurídico para ingresso no processo	383
--	------------

Yves West Behrens

1. Introdução.....	383
2. Intervenção especial das pessoas de direito público	384
3. Ressalva quanto à dispensa de interesse econômico	385
4. A Intervenção anômala e a isonomia.....	385
4.1. O Regime jurídico-administrativo.....	386
4.2. Interesses público primário e secundário	386
5. Possibilidade de enquadramento como <i>amicus curiae</i>	388
6. Conclusões	389
7. Referências Bibliográficas.....	389

